

CENTRAR – CENTRO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, S.A.

Relatório e Contas
31 de Dezembro de 2008

CENTRAR – CENTRO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, S.A.

RUA MANUEL PINTO DE AZEVEDO, 272 • APARTADO 8032 • 4109-601 PORTO • TEL. 220 003 400 • FAX 220 003 419 • e-mail:centrar@rar.pt • <http://centrar.rar.pt>

SEDE SOCIAL: RUA DO PASSEIO ALEGRE, 624 4169-002 PORTO • CAPITAL SOCIAL EUR 250 000 • MATRIC. C.R.C. PORTO Nº 11 300 • N.I.P.C. 505 807 912

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO	2
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	32
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	35

RELATÓRIO DE GESTÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2008

Senhores Accionistas

Em cumprimento da Lei e dos Estatutos, vem o Conselho de Administração da Centrar, S.A. apresentar o seu Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2008.

1 – INTRODUÇÃO

A Centrar iniciou a sua actividade no ano de 2002 e garante as funções de gestão administrativa e financeira na generalidade dos seus clientes, desenvolvendo, complementarmente, a actividade de suporte e manutenção de meios informáticos.

2 – ACTIVIDADE

A actividade da Empresa, suportada em acordos de prestação de serviços com periodicidade anual, desenvolvimentos em aplicações de negócio, projectos de tecnologia e trabalhos especializados na área de operações administrativas e consultoria, correspondeu, em 2008, a um volume de negócios de 2,1 milhões de Euros.

Com o intuito de diversificar a sua base de clientes, durante o ano findo, verificou-se uma consolidação da actividade desenvolvida pelo Gestor de Mercado e o Departamento de Desenvolvimento de Negócio, estruturas que haviam sido criadas em 2007. Desta forma, foi possível garantir a realização de mais de meia centena de visitas a potenciais clientes, promovendo os serviços da Empresa, culminando na apresentação de oito propostas de serviços e que foram responsáveis pelo arranque de serviços prestados a entidades externas ao Grupo RAR.

Ainda, e aproveitando as competências desta nova estrutura, foram desenvolvidos e implementados novos modelos contratuais com os clientes, suportados em linhas de serviço, não só na área administrativa como, também, na área de serviços de tecnologia e administração de aplicações de negócio. A possibilidade de, com este modelo, se conseguir uma relação mais clara e flexível com os clientes da Centrar, está a permitir um eficiente ajuste de necessidades e um maior reforço da relação contratual, esperando-se, a prazo, uma crescente fidelização dos actuais e futuros clientes.

Para que estas novas iniciativas pudessem ter lugar foi necessário afectar recursos significativos, não directamente associados a actividades operacionais, e que influenciaram um crescimento de 24% na rubrica Custos com Pessoal, factor que acabou por ter uma forte influência nos resultados operacionais obtidos no ano em análise.

Os Resultados Operacionais registados no exercício de 2008 tiveram, por esse facto, uma expressão negativa de 316 mil Euros.

Cumprindo com a estratégia da Empresa, empenhada em não descurar a crescente melhoria de qualidade das competências internas foram, à semelhança dos anos transactos, investidas três mil horas de formação, em cinco diferentes áreas formativas.

Tratando-se de uma ferramenta de reflexão interna, com uma influência determinante na adequação permanente dos serviços prestados às necessidades dos clientes, foi realizado, com resultados considerados satisfatórios, o Inquérito Anual de Satisfação de Clientes.

A componente investimento teve, em 2008, uma expressão de 202 mil Euros estando em linha com os níveis de investimento que se vêem realizando anualmente.

3 – PERSPECTIVAS FUTURAS

No ano de 2008, a Centrar iniciou a prestação de serviços em entidades recentemente integradas no Grupo RAR, WSG e Vitacress, sendo previsível que se registre uma intensificação desta cooperação, com a adição de novos projectos e serviços.

Entretanto, e suportados em contactos havidos na transição do ano de 2008/2009, existem iniciativas em curso, que permitem prever a realização de contratos de prestação de serviços, que atendendo às suas características e dimensão, poderão vir a ter um forte impacto na actividade da Empresa e no seu volume de negócios, esperando-se, assim, que se cumpram parte dos objectivos que se encontram delineados.

Acresce ainda referir que, os investimentos efectuados em recursos humanos no departamento de Sistemas de Informação, começaram já a aportar mais negócio à empresa, havendo boas perspectivas de que o ano de 2009 induza, também nesta área, a implementação crescente de soluções desenvolvidas internamente, com impactos positivos na operação.

4 – APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Resultado Líquido do Exercício foi negativo em 249.971 Euros, propondo-se a sua transferência para a conta de Resultados Transitados.

5 – CAPITAIS PRÓPRIOS

As contas da sociedade relevam uma deficiente situação dos seus capitais próprios, abrangida pelo disposto no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. Considerando o interesse social de financiar com capitais próprios as actividades da sociedade, em Assembleia Geral realizada em 19/12/2008, foi decidido pelo accionista que se constituíssem prestações acessórias, no montante de 400 mil Euros.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dando cumprimento ao disposto no número 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, refere-se que a RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A., detém 100% do capital social da Empresa.

Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos.

Finalmente, o Conselho de Administração vem registar o seu apreço e agradecimento, pelo empenho e dedicação de todos os Colaboradores, assim como a todas as entidades que, de alguma forma, lhe dispensaram colaboração e apoio.

Porto, 30 de Janeiro de 2009

O Conselho de Administração

José Pedro Macedo Trindade
José Henrique Pinto dos Santos
Vergílio Manuel da Cunha Folhadela Moreira

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CENTRAR – CENTRO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euro)

ACTIVO	Notas	2008	2007
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Imobilizações corpóreas	5	421.233	495.319
Imobilizações incorpóreas	6	73.365	33.115
Activos por impostos diferidos	7	726	1.333
Total de activos não correntes		<u>495.324</u>	<u>529.767</u>
ACTIVOS CORRENTES:			
Existências	8	91	-
Clientes	9	140.806	258.346
Outras dívidas de terceiros	10	107.681	252.083
Outros activos correntes	11	75.759	44.287
Caixa e equivalentes de caixa	12	8.202	4.805
Total de activos correntes		<u>332.539</u>	<u>559.521</u>
Total do activo		<u><u>827.863</u></u>	<u><u>1.089.288</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	13	250.000	250.000
Prestações suplementares		600.000	600.000
Resultados transitados		(617.327)	(610.078)
Resultado líquido do exercício		<u>(249.971)</u>	<u>(7.248)</u>
Total do capital próprio		<u>(17.298)</u>	<u>232.674</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	14	5.679	50.808
Credores por locações financeiras	15	138.700	167.324
Passivos por impostos diferidos	7	26.191	30.559
Provisões	16	30.581	-
Total de passivos não correntes		<u>201.151</u>	<u>248.691</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	14	6.088	38.017
Credores por locações financeiras	15	130.250	100.176
Fornecedores	17	45.572	48.060
Estado e outros entes públicos	18	92.697	106.261
Outras dívidas a terceiros	19	1.385	1.400
Outros passivos correntes	20	368.018	314.009
Total de passivos correntes		<u>644.010</u>	<u>607.923</u>
Total do capital próprio e passivo		<u><u>827.863</u></u>	<u><u>1.089.288</u></u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: Virgílio Manuel Ferreira Marques

O Conselho de Administração: José Pedro Macedo Trindade, José Henrique Pinto dos Santos, Vergílio Manuel da Cunha Folhadela Moreira

CENTRAR – CENTRO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euro)

	<u>Notas</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Proveitos operacionais:			
Vendas	24	7.322	11.635
Prestações de serviços	24	2.133.930	2.195.089
Outros proveitos operacionais	25	<u>78.627</u>	<u>15.621</u>
Total de proveitos operacionais		<u>2.219.879</u>	<u>2.222.345</u>
Custos operacionais:			
Custo das vendas	26	4.688	10.567
Fornecimentos e serviços externos	27	482.888	499.331
Custos com o pessoal	28	1.778.967	1.439.829
Amortizações e depreciações	5 e 6	236.034	291.580
Provisões e perdas por imparidade	16	30.581	-
Outros custos operacionais	29	<u>2.776</u>	<u>1.975</u>
Total de custos operacionais		<u>2.535.935</u>	<u>2.243.282</u>
Resultados operacionais		(316.056)	(20.937)
Proveitos e ganhos financeiros			
Custos e perdas financeiras	30	<u>15.056</u>	<u>9.278</u>
Resultado antes de impostos		(324.238)	(20.368)
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do exercício	31	<u>(74.266)</u>	<u>(13.120)</u>
		<u>(249.971)</u>	<u>(7.248)</u>
Resultados por acção:			
Básico	32	<u>(1,00)</u>	<u>(0,03)</u>
Diluído	32	<u>(1,00)</u>	<u>(0,03)</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: Virgílio Manuel Ferreira Marques

O Conselho de Administração: José Pedro Macedo Trindade, José Henrique Pinto dos Santos, Vergílio Manuel da Cunha Folhadela Moreira

CENTRAR – CENTRO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euro)

<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u>	<u>Notas</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Recebimentos de clientes		2.738.767	2.065.581
Pagamentos a fornecedores		852.367	386.615
Pagamentos ao pessoal		1.578.659	1.321.117
Fluxos gerados pelas operações		307.741	357.849
(Pagamento)Recebimento do imposto sobre o rendimento		(35.917)	136.670
Outros recebimentos (pagamentos) relativos à actividade operacional		(361.481)	(131.720)
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>(17.823)</u>	<u>362.799</u>
 <u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Imobilizações corpóreas		3.111	100.000
Juros e proveitos similares		12.778	2.032
Subsídios ao investimento		17.172	-
Empréstimos concedidos		200.000	-
		<u>233.061</u>	<u>102.032</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Imobilizações corpóreas		38.867	15.800
Imobilizações incorpóreas		-	7.707
Variação dos empréstimos concedidos		-	300.000
Juros e proveitos similares		14.163	-
		<u>53.030</u>	<u>323.507</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>180.031</u>	<u>(221.475)</u>
 <u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		19.950	33.811
Amortizações de contratos de locação financeira		134.228	97.970
Juros e custos similares		428	9.278
Reduções de capital e prestações suplementares		-	-
		<u>154.606</u>	<u>141.059</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>(154.606)</u>	<u>(141.059)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		<u>7.602</u>	<u>265</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	12	<u>600</u>	<u>335</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12	<u>8.202</u>	<u>600</u>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: Virgílio Manuel Ferreira Marques

O Conselho de Administração: José Pedro Macedo Trindade, José Henrique Pinto dos Santos, Vergílio Manuel da Cunha Folhadela Moreira

CENTRAR – CENTRO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euro)

	Notas	Capital social	Prestações suplementares	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2007	13	250.000	600.000	(612.398)	2.319	239.921
Aplicação do resultado líquido de 2006:						
Transferência para resultados transitados		-	-	2.319	(2.319)	-
Resultado líquido do exercício de 2007		-	-	-	(7.248)	(7.248)
Saldo em 31 de Dezembro de 2007		250.000	600.000	(610.078)	(7.248)	232.674
Aplicação do resultado líquido de 2007:						
Transferência para resultados transitados		-	-	(7.248)	7.248	-
Resultado líquido do exercício de 2008		-	-	-	(249.971)	(249.971)
Saldo em 31 de Dezembro de 2008		<u>250.000</u>	<u>600.000</u>	<u>(617.327)</u>	<u>(249.971)</u>	<u>(17.298)</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: Virgílio Manuel Ferreira Marques

O Conselho de Administração: José Pedro Macedo Trindade, José Henrique Pinto dos Santos, Vergílio Manuel da Cunha Folhadela Moreira

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CENTRAR – CENTRO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euro)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Centrar – Centro de Serviços de Gestão, S.A. é uma sociedade anónima, com sede no Porto, constituída em 29 de Outubro de 2001 e que tem como actividade principal a prestação de serviços a empresas e outros agentes económicos, nomeadamente consultoria económica, financeira, de informação, de gestão, de investimento, de compras, de recursos humanos e de sistemas de informação, a importação, exportação, comercialização, aluguer e reparação de bens, nomeadamente equipamentos informáticos e produtos conexos com estes.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC") em vigor em 1 Janeiro de 2008 tal como adoptados pela União Europeia.

2.2. Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas de imparidade.

As depreciações são calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados e são imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil que é determinada tendo em conta a utilização esperada do activo pela Empresa, do desgaste natural esperado e da sujeição a uma previsível obsolescência técnica.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil média (em anos):

Obras em edifícios	10
Equipamento administrativo	3 a 10
Equipamento de transporte	4
Outras imobilizações corpóreas	10

As despesas subsequentes de substituição de componentes de activos fixos incorridas pela Empresa são adicionadas aos respectivos activos corpóreos, sendo o valor líquido das

componentes substituídas desses activos abatido e registado como um custo na rubrica de "Outros custos operacionais".

As despesas de conservação e reparação que não aumentam a vida útil, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos das imobilizações corpóreas, são registadas como custo do exercício em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda do imobilizado corpóreo são determinadas como a diferença entre o preço de venda (líquido de despesas associadas à venda) e o valor líquido contabilístico na data de alienação, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração de resultados, como "Outros proveitos operacionais" ou "Outros custos operacionais". As perdas resultantes do abate do imobilizado corpóreo são igualmente registadas pelo seu valor líquido na demonstração de resultados, como "Outros custos operacionais".

2.3. Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas de imparidade. As imobilizações incorpóreas só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, se a Empresa as puder controlar e se puder medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração de resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso, e para as quais seja provável que o activo criado irá gerar benefícios económicos futuros são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram com estes critérios são registadas como custo do exercício quando incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como custos na demonstração de resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes custos são capitalizados como activos incorpóreos.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado o qual corresponde genericamente ao período de três a quatro anos.

2.4. Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no Balanço quando a Empresa se torna parte contratual do respectivo instrumento financeiro.

a) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na rubrica de "Perdas de imparidade em contas a receber", por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

b) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos activos da Empresa após dedução dos passivos.

c) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo "custo amortizado". Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com a taxa de juro efectiva. Os encargos financeiros calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, incluindo prémios a pagar, são contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios.

d) Contas a pagar

As contas a pagar, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" compreende também os descobertos bancários incluídos, no balanço, na rubrica de Outros empréstimos.

2.5. Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse. A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

2.6. Existências

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, que inclui o preço de factura e todas as despesas até à sua entrada em armazém, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

2.7. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser

razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

2.8. Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios e participações recebidos a fundo perdido, para financiamento de imobilizações corpóreas, são registados nas rubricas "Outros passivos não correntes" e "Outros passivos correntes" sendo reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

Os subsídios à exploração são registados como proveitos do exercício, quando obtidos, independentemente da data do seu recebimento.

2.9. Imparidade dos activos não correntes

É efectuada uma avaliação de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica "Outros custos operacionais".

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido, é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como "Outros proveitos operacionais". Contudo, a reversão da perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.10. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.11. Rédito e especialização de exercícios

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.

Os custos e proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de "Outros activos correntes" e "Outros passivos correntes", são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

2.12. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) da Empresa, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sua sede.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correcção por parte da Administração Tributária durante um período de quatro anos e deste modo, a situação fiscal dos anos de 2005 a 2008 poderá ainda vir a ser sujeita a revisão e eventuais correcções. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes de revisão por parte da Administração Tributária à situação fiscal e parafiscal da Empresa, em relação aos exercícios em aberto, não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

A Empresa está integrada no grupo de sociedades dominado pela SIEL, SGPS, S.A. (accionista da RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.) tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades (RETGS).

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados anualmente e avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e, ou, para reduzir o montante dos impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de itens registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.13. Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos activos e as provisões para riscos e encargos são classificados como activos e passivos não correntes.

2.14. Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

As transacções em outras divisas que não Euro, são registadas às taxas em vigor na data da transacção. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data. Activos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para Euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, dessas mesmas transacções, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício, excepto aquelas relativas a itens não monetários cuja variação de justo valor seja registada directamente em capital próprio.

2.15. Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.16. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.17. Indemnizações pela cessação por mútuo acordo de contratos de trabalho

Os encargos associados a indemnizações pagas a trabalhadores pela cessação por mútuo acordo de contratos de trabalho são registados no exercício em que o respectivo acordo é concluído. Caso o acordo não seja assinado no mesmo período em que produz efeitos, é constituída uma provisão para fazer face às responsabilidades assumidas pela Empresa.

3. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

A actividade da Empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de crédito e o risco de liquidez. Estes riscos resultam da incerteza subjacente aos mercados financeiros, a qual se reflecte na capacidade de projecção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da Empresa, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes destas incertezas características dos mercados financeiros, recorrendo em determinadas situações a instrumentos derivados de cobertura.

3.1. Risco de mercado

a) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é essencialmente resultante de endividamento indexado a taxas variáveis.

O endividamento da Empresa encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo da dívida a um risco de volatilidade. O impacto dessa volatilidade nos resultados e no capital próprio da Empresa não é significativo em virtude do relativo baixo nível de endividamento e da possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos nos resultados operacionais da Empresa, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge").

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a Empresa apresenta um endividamento líquido de aproximadamente 272 milhares de Euros e 152 milhares de Euros, respectivamente, divididos entre empréstimos correntes e não correntes (Notas 14, 15 e 23) e caixa e equivalentes de caixa (Nota 12) contratados junto de diversas instituições.

Análise de sensibilidade de taxa de juro

A análise de sensibilidade abaixo foi determinada com base na exposição da Empresa a variações na taxa de juro em instrumentos financeiros tendo por referência a estimativa de endividamento médio em 2008. Para os instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis, a análise foi preparada considerando-se que as alterações nas taxas de juros de mercado apenas afectam o proveito ou custo financeiro dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis.

Se a Euribor tivesse sido 50 pontos base superior e as restantes variáveis mantidas constantes, o resultado financeiro do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 viria diminuído em cerca de 1,3 milhares de Euros.

b) Risco de preço

O Risco de Mercado da Centrar está relacionado com a não renovação dos acordos de serviço com os principais clientes, dado que o seu peso é significativo face à dimensão da Empresa. Este risco é monitorizado numa base regular de negócio, sendo que o objectivo da gestão é substituir os actuais acordos anuais por acordos plurianuais.

A 31 de Dezembro de 2008, a Empresa acredita que não apresenta um risco de mercado significativo, dado que os seus clientes são, maioritariamente, empresas do Grupo.

Entretanto, e com o intuito de alargar a sua base de clientes, para reduzir o impacto da perda de contratos existentes, ou a constituir, a empresa criou durante o ano de 2007 um departamento para promoção dos seus serviços em mercados externos àqueles em que actua presentemente.

Espera-se assim, com a iniciativa de contratar por períodos plurianuais e a adição de novos contratos e clientes, reduzir as dependências actualmente existentes e consequentemente reduzir o risco de mercado.

3.2. Risco de crédito

A exposição da Empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua actividade operacional. O risco de crédito refere-se ao risco da contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando uma perda para a Empresa.

O risco de crédito decorrente da actividade operacional está essencialmente relacionado com dívidas de vendas realizadas e serviços prestados a clientes (Nota 9). A gestão deste risco tem por objectivo garantir a efectiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afectar o equilíbrio financeiro da Empresa. Este risco é monitorizado numa base regular de negócio, sendo que o objectivo da gestão é (a) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo médio de recebimento de cada cliente, (b) monitorar a evolução do nível de crédito concedido, e (c) realizar análise de imparidade aos valores a receber numa base regular. A Empresa não

apresenta um risco de crédito significativo com um cliente em particular, na medida em que os seus clientes são, maioritariamente, empresas do Grupo onde se insere.

3.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.

A gestão do risco de liquidez da Empresa tem por objectivo:

- Liquidez – garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correctos nas respectivas datas de vencimento;
- Segurança – minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- Eficiência financeira – garantir a minimização do custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A Empresa tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de activos e passivos, gerindo as respectivas maturidades de forma equilibrada.

Por política, gerindo a sua exposição ao risco liquidez, a Empresa assegura a contratação de instrumentos e facilidades de crédito de diversas naturezas e em montantes adequados à especificidade das suas necessidades, garantindo níveis confortáveis de folga de liquidez. Também por política, essas facilidades são contratadas sem envolver concessão de garantias.

A informação constante neste anexo inclui os montantes em dívida não descontados e os prazos de vencimento foram determinados com base na data mais próxima em que a Empresa pode ser solicitada a liquidar aqueles passivos (“worst case scenario”), no pressuposto do cumprimento de todos os requisitos contratualmente definidos.

4. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, não se verificaram alterações significativas de políticas contabilísticas nem a necessidade de proceder à correcção de erros fundamentais.

5. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2008					Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	
Activo bruto:						
Saldo inicial	296.743	243.181	969.802	580	-	1.510.306
Adições	-	95.622	30.441	-	10.954	137.017
Alienações	-	(51.850)	(39.851)	-	-	(91.701)
Saldo final	296.743	286.953	960.392	580	10.954	1.555.622
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:						
Saldo inicial	178.046	116.811	719.792	338	-	1.014.987
Amortização do exercício	29.674	67.358	113.877	194	-	211.103
Alienações	-	(51.850)	(39.851)	-	-	(91.701)
Saldo final	207.720	132.319	793.818	532	-	1.134.389
Valor líquido	89.023	154.634	166.574	48	10.954	421.233

	2007				Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	
Activo bruto:					
Saldo inicial	296.743	165.467	854.448	580	1.317.238
Adições	-	77.714	115.354	-	193.068
Alienações	-	-	-	-	-
Saldo final	296.743	243.181	969.802	580	1.510.306
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:					
Saldo inicial	148.371	78.675	598.167	145	825.358
Amortização do exercício	29.675	38.136	121.625	193	189.629
Alienações	-	-	-	-	-
Saldo final	178.046	116.811	719.792	338	1.014.987
Valor líquido	118.697	126.370	250.010	242	495.319

O saldo de "Edifícios e outras construções" corresponde a despesas com obras nas instalações utilizadas pela Empresa arrendadas a empresa do Grupo onde se insere.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o valor líquido contabilístico dos bens adquiridos com o recurso a locação financeira totalizava:

	31.12.08	31.12.07
Equipamento de transporte	154.634	126.369
Equipamento administrativo	91.440	166.237
	246.074	292.606

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a Empresa não tinha hipotecado ou penhorado quaisquer bens de imobilizado como garantia de empréstimos bancários concedidos à Empresa.

6. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o movimento ocorrido nas imobilizações incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foram os seguintes:

	2008			
	Despesas de desenvolvimento	Software	Imobilizações em curso	Total
Activo Bruto:				
Saldo inicial	538.107	189.949	-	728.056
Adições	-	45.741	19.440	65.181
Saldo final	538.107	235.690	19.440	793.237
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:				
Saldo inicial	538.107	156.834	-	694.941
Amortização do exercício	-	24.931	-	24.931
Saldo final	538.107	181.765	-	719.872
Valor líquido	-	53.925	19.440	73.365

	2007		
	Despesas de desenvolvimento	Software	Total
Activo Bruto:			
Saldo inicial	538.107	182.242	720.349
Adições	-	7.707	7.707
Saldo final	538.107	189.949	728.056
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:			
Saldo inicial	459.144	133.846	592.990
Amortização do exercício	78.963	22.988	101.951
Saldo final	538.107	156.834	694.941
Valor líquido	-	33.115	33.115

A rubrica "Despesas de desenvolvimento" inclui, essencialmente, as despesas incorridas em exercícios anteriores com o desenvolvimento e implementação de um centro de serviços partilhados, incorporando serviços de consultoria prestados por entidades terceiras e trabalhos desenvolvidos pela própria Empresa.

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Impostos diferidos activos		Impostos diferidos passivos	
	31.12.08	31.12.07	31.12.08	31.12.07
Diferença na base tributável do imobilizado	726	1.333	26.191	30.559
	726	1.333	26.191	30.559

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 foi como segue:

	2008	2007
Saldo inicial	<u>(29.226)</u>	<u>(7.505)</u>
Efeito em resultados (Nota 31):		
Diferença na base tributável de imobilizado	3.761	(21.721)
Sub-total	<u>3.761</u>	<u>(21.721)</u>
Saldo final	<u><u>(25.465)</u></u>	<u><u>(29.226)</u></u>

8. EXISTÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.08	31.12.07
Mercadorias	<u>91</u>	<u>-</u>
	<u><u>91</u></u>	<u><u>-</u></u>

9. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31.12.08	31.12.07
Cientes, conta corrente	<u>140.806</u>	<u>258.346</u>
	<u><u>140.806</u></u>	<u><u>258.346</u></u>

Em 31 de Dezembro de 2008, a antiguidade destes saldos tinha a seguinte composição:

	31.12.08	31.12.07
Saldo não vencido	115.143	245.357
Saldo vencido		
Entre 0 e 90 dias	15.317	8.622
Entre 90 e 180 dias	1.566	369
Há mais de 180 dias	8.780	3.998
	<u>140.806</u>	<u>258.346</u>

10. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Outras dívidas de terceiros" tinha a seguinte composição:

	31.12.08	31.12.07
Outros devedores	31.432	5.634
Empresas do Grupo (Nota 23)	<u>76.249</u>	<u>246.449</u>
	<u><u>107.681</u></u>	<u><u>252.083</u></u>

A exposição da Empresa ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua actividade operacional. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Empresa de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

Em 31 de Dezembro de 2008, a antiguidade das dívidas vencidas da rubrica de outros devedores tinha a seguinte composição:

	<u>31.12.08</u>	<u>31.12.07</u>
Saldo não vencido	76.249	48.465
Saldo vencido		
Entre 0 e 90 dias	30.581	1.809
Entre 90 e 180 dias	12	-
Há mais de 180 dias	<u>839</u>	<u>201.809</u>
	<u>107.681</u>	<u>252.083</u>

11. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31.12.08</u>	<u>31.12.07</u>
Seguros pagos antecipadamente	2.460	4.910
Rendas a liquidar	10.035	10.883
Acréscimos de proveitos - valores a facturar	59.308	15.000
Outros	<u>3.956</u>	<u>13.494</u>
	<u>75.759</u>	<u>44.287</u>

O saldo da rubrica "Acréscimos de proveitos" respeita ao valor de serviços adicionais calculados de acordo com o novo A.N.S. e que foram facturados apenas em Janeiro.

12. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	<u>31.12.08</u>	<u>31.12.07</u>
Numerário	300	300
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	<u>7.902</u>	<u>4.505</u>
Caixa e equivalentes de caixa	8.202	4.805
Descobertos bancários (Nota 14)	<u>-</u>	<u>(4.205)</u>
	<u>8.202</u>	<u>600</u>

A rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, aplicações de tesouraria e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Em descobertos bancários estão registados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras.

13. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2008, o capital social está representado por 250.000 acções ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de 1 Euro cada uma.

14. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 os empréstimos bancários obtidos tinham o seguinte detalhe:

Entidade Financiadora	31.12.08			31.12.07			Taxa de juro	Última prestação	Periodicidade da amortização
	Montante utilizado			Montante utilizado					
	Limite	Corrente	Não corrente	Limite	Corrente	Não corrente			
IAPMEI	11.767	6.088	5.679	84.620	33.812	50.808	0%	Jun-10	Semestral
		6.088	5.679		33.812	50.808			
Descobertos bancários		-	-		4.205	-			
		6.088	5.679		38.017	50.808			

O saldo empréstimos classificado como não corrente é reembolsável nos seguintes anos:

	31.12.08	31.12.07
2009	-	33.812
2010	5.679	16.996
	5.679	50.808

O empréstimo do IAPMEI foi obtido na sequência da candidatura, referenciada com o nº 00.12194, ao Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial (SIME).

Este incentivo reembolsável foi atribuído pelo prazo total de 6 anos, contado a partir da primeira utilização (09/06/2004), e com um período de carência de 2 anos. Está a ser amortizado em semestralidades, tendo-se vencido a 1ª prestação seis meses após o termo do período de carência.

15. CREDORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Pagamentos mínimos da locação financeira		Valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira	
	31.12.08	31.12.07	31.12.08	31.12.07
Montantes a pagar por locações financeiras:				
2008	-	110.924	-	100.176
2009	141.837	107.731	130.250	102.017
2010	87.650	53.171	82.329	50.966
2011	44.340	14.703	42.314	14.341
2012	14.355	-	14.057	-
Após 2012	-	-	-	-
	288.182	286.529	268.950	267.500
Juros futuros	(19.232)	(19.029)	-	-
	268.950	267.500	268.950	267.500
Componente de curto prazo			(130.250)	(100.176)
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela de curto prazo			138.700	167.324

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos.

Em 31 de Dezembro de 2008, o justo valor das obrigações financeiras em contratos de locação financeira corresponde, aproximadamente, ao seu valor contabilístico.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

Os contratos de locação financeira respeitam a equipamento de transporte e administrativo.

No quadro acima entende-se que a diferença entre os pagamentos mínimos da locação financeira (somatório das rendas futuras) e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira (somatório das rendas futuras excluindo o montante de juros) corresponde ao valor de juros a pagar.

16. PROVISÕES

Em 31 de Dezembro de 2008, o saldo desta rubrica respeita a um crédito que se encontra em pré-contencioso.

17. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.08	31.12.07
Fornecedores, conta corrente	45.572	48.060
	<u>45.572</u>	<u>48.060</u>

Em 31 de Dezembro de 2008, a antiguidade das dívidas da rubrica de fornecedores tinha a seguinte composição:

	31.12.08	31.12.07
Até 3 meses	43.439	45.531
Entre 3 e 4 meses	524	2.201
Há mais de 4 meses	1.609	328
	<u>45.572</u>	<u>48.060</u>

18. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a rubrica "Estado e outros entes públicos" tinha a seguinte composição:

	31.12.08	31.12.07
Imposto sobre o valor acrescentado	51.949	69.608
Contribuições para a segurança social	29.962	26.166
Retenções de imposto sobre o rendimento	10.786	10.487
	<u>92.697</u>	<u>106.261</u>

19. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a rubrica "Outras dívidas a terceiros" tinha a seguinte composição:

	31.12.08	31.12.07
Empresas do Grupo (Nota 23)	133	1.292
Outros credores	1.252	108
	<u>1.385</u>	<u>1.400</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2008, a antiguidade das dívidas vencidas da rubrica de outros devedores tinha a seguinte composição:

	<u>31.12.08</u>	<u>31.12.07</u>
Saldo não vencido	1.385	1.400
Saldo vencido		
Entre 0 e 90 dias	-	-
Entre 90 e 180 dias	-	-
Há mais de 180 dias	-	-
	<u>1.385</u>	<u>1.400</u>

20. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31.12.08</u>	<u>31.12.07</u>
Custos a pagar:		
Remunerações a liquidar	202.743	181.342
Prémios ao pessoal	139.095	105.885
Outros custos a pagar	<u>26.180</u>	<u>26.782</u>
	<u>368.018</u>	<u>314.009</u>

21. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

	<u>31.12.08</u>	<u>31.12.07</u>
Garantias prestadas:		
IAPMEI (Nota 14)	<u>5.184</u>	<u>69.716</u>
	<u>5.184</u>	<u>69.716</u>

22. COMPROMISSOS ASSUMIDOS E NÃO REFLECTIDOS NO BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a Empresa não tinha assumido compromissos não reflectidos no Balanço.

23. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transacções efectuados com entidades relacionadas durante os exercícios de 2008 e 2007 podem ser detalhados como segue:

Transacções	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços obtidos		Juros debitados	
	31.12.08	31.12.07	31.12.08	31.12.07	31.12.08	31.12.07
Acembex – Comércio e Serviços, Lda.	198.377	208.790	-	-	-	-
Brevet – Promoção de Marcas, S.A.	2.664	-	-	-	-	-
ColepCCL Portugal – Emb. e Ench., S.A.	312.213	361.640	-	-	-	-
Comp-RAR – Central de Compras, S.A.	4.663	-	428	-	-	-
Creating Ideas – Estudos e Inovação S.A.	3.456	-	-	-	-	-
Geotur – Viagens e Turismo, S.A.	312.835	338.530	4.512	4.090	-	-
Iberholding – Prestação de Serviços, S.A.	3.372	-	-	-	-	-
Imperial – Produtos Alimentares, S.A.	320.211	337.653	-	140	-	-
Marcas do Mundo – Viagens Tur.Unip.Lda.	34.391	2.520	-	-	-	-
Movimento Viagens – Viagens Tur. Unip. Lda.	27.738	-	-	-	-	-
RAR Imobiliária, S.A.	167.483	185.005	120.266	130.596	-	-
RAR – Refin. de Açúcar Reunidas, S.A.	310.253	319.750	30.246	24.346	-	-
RAR – Serv. de Assistência Clínica, Lda.	65.741	72.686	25.690	28.811	-	-
RAR – Soc. de Controle (Holding), S.A.	206.119	269.870	64.062	30.498	6.343	9.504
RAR – Transportes, Lda.	70.428	66.486	-	-	-	-
S.A.V. – Soc. de Águas de Valadares, Lda.	4.740	-	-	-	-	-
SIEL – SGPS, S.A.	9.912	-	-	-	-	-
SIUP – Soc.Imobiliária Urb.Parque, S.A.	-	1.860	-	-	-	-
Viajes y Turismo de Geotur España, S.L.	3.377	20.106	-	-	-	-
WSGL – Wight Salads Group Limited	9.800	-	-	-	-	-
	<u>2.067.773</u>	<u>2.184.896</u>	<u>245.204</u>	<u>218.481</u>	<u>6.343</u>	<u>9.504</u>

Saldos	Contas a receber		Contas a pagar		Empréstimos concedidos		Outras dívidas a receber		Outras dívidas a pagar	
	31.12.08	31.12.07	31.12.08	31.12.07	31.12.08	31.12.07	31.12.08	31.12.07	31.12.08	31.12.07
Acembex – Comércio e Serviços, Lda.	144	21.994	-	-	-	-	-	-	-	-
Brevet – Promoção de Marcas, S.A.	266	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ColepCCL Portugal –Embalagens e Enchimentos, S.A.	2.295	8.166	-	-	-	-	-	-	-	-
COMP-RAR – Central de Compras, S. A.	522	128	-	-	-	-	-	-	-	-
Creating Ideas – Estudos e Inovação, S.A.	-	23	-	-	-	-	-	-	-	-
Geotur – Viagens e Turismo, S.A.	9.511	44.520	-	290	-	-	-	-	-	-
Imperial – Produtos Alimentares, S.A.	26.730	63.012	-	169	-	-	-	-	-	-
Marcas do Mundo – Viagens Tur.Unip.Lda.	7.691	3.049	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimento Viagens – Viagens Tur. Unip. Lda.	6.756	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RAR – Cogeração Unipessoal, Lda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RAR Imobiliária, S.A.	15.880	20.833	-	-	-	-	-	10	-	-
RAR – Refinarias de Açúcar Reunidas, S.A.	37.060	42.767	6.492	4.717	-	-	-	-	-	-
RAR – Serviços de Assistência Clínica, Lda.	5.987	3.115	468	1.041	-	-	-	-	-	-
RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.	18.719	47.614	18.011	9.780	-	200.000	3.029	7.912	-	-
RARTransportes, Lda.	540	-	-	165	-	-	-	-	-	1.292
S.A.V. – Soc. de Águas de Valadares, Lda.	474	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SIEL, SGPS, S.A.	991	-	-	-	-	-	73.220	38.527	-	-
Sucral – Soc. Industrial de Açúcar, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	133	-
Viagens e Turismo de Geotur Espanha, S.L.	-	3.125	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>133.566</u>	<u>258.346</u>	<u>24.971</u>	<u>16.162</u>	<u>-</u>	<u>200.000</u>	<u>76.249</u>	<u>46.449</u>	<u>133</u>	<u>1.292</u>

	Saldo 31.12.07	Aumentos	Diminuições	Saldo 31.12.08	Taxa de juro em vigor no exercício	Data de reembolso
Empréstimos concedidos:	75.000	-	(75.000)	-	5,496%	08.06.2008
RAR – Soc. Controle	75.000	-	(75.000)	-	5,564%	25.07.2008
(Holding), S.A.	50.000	-	(50.000)	-	5,764%	27.08.2008
	<u>200.000</u>	<u>-</u>	<u>(200.000)</u>	<u>-</u>		

A remuneração da Administração pode ser decomposta como segue:

	2008	2007
Remuneração fixa	84.800	82.475
Remuneração variável	41.271	43.050
	<u>126.071</u>	<u>125.525</u>

24. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e as prestações de serviços nos exercícios de 2008 e 2007 foram todas realizadas no mercado interno e foram como segue:

	31.12.08	31.12.07
Vendas	7.322	11.635
Prestações de serviços	2.133.930	2.195.089
	<u>2.141.252</u>	<u>2.206.724</u>

25. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

A repartição dos outros proveitos operacionais nos exercícios de 2008 e 2007 é a seguinte:

	31.12.08	31.12.07
Ganhos na alienação de imobilizado corpóreo	5.803	-
Subsídios ao investimento	70.074	13.011
Outros	2.750	2.610
	<u>78.627</u>	<u>15.621</u>

26. CUSTO DAS VENDAS

O custo das mercadorias vendidas nos exercícios de 2008 e 2007 é o seguinte:

	31.12.08	31.12.07
Existências iniciais	-	-
Compras	4.779	10.567
Existências finais	91	-
Custos do exercício	<u>4.688</u>	<u>10.567</u>

27. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios de 2008 e 2007, a rubrica "Fornecimentos e serviços externos" pode ser decomposta da seguinte forma:

	31.12.08	31.12.07
Electricidade	29.586	25.040
Combustíveis	11.923	8.075
Material de escritório	8.532	5.736
Artigos para oferta	3.185	7.923
Rendas e alugueres	120.267	132.279
Comunicações	24.888	19.342
Deslocações e estadas	48.245	38.971
Seguros	5.470	4.684
Honorários	36.295	38.456
Conservação e reparação	71.029	61.613
Limpeza, higiene e conforto	16.004	15.659
Trabalhos especializados	96.893	117.779
Outros	10.571	23.774
	<u>482.888</u>	<u>499.331</u>

28. CUSTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios de 2008 e 2007, a repartição dos custos com o pessoal é a seguinte:

	31.12.08	31.12.07
Remunerações órgãos sociais	111.531	111.230
Remunerações do pessoal	1.202.088	954.659
Encargos sobre remunerações	273.624	225.467
Encargos com saúde	44.062	37.953
Outros custos com pessoal	147.662	110.520
	<u>1.778.967</u>	<u>1.439.829</u>

Durante os exercícios de 2008 e 2007, o número médio do pessoal foi de 64 e 51, respectivamente.

29. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

A rubrica "Outros custos operacionais" nos exercícios de 2008 e 2007 pode ser detalhada como segue:

	31.12.08	31.12.07
Impostos	859	475
Serviços bancários	495	452
Multas e penalidades	667	-
Quotizações	500	1.000
Diferenças de câmbio	32	48
Outros	223	-
	<u>2.776</u>	<u>1.975</u>

30. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

	<u>31.12.08</u>	<u>31.12.07</u>
Custos e perdas:		
Juros suportados		
Relativos a descobertos e empréstimos bancários	322	318
Relativos a contratos de locação financeira	14.172	8.749
	<u>14.494</u>	<u>9.067</u>
Outros custos e perdas financeiras	562	211
	<u>15.056</u>	<u>9.278</u>
Resultados financeiros	<u>(8.182)</u>	<u>569</u>
	<u>6.874</u>	<u>9.847</u>
Proveitos e ganhos:		
Juros obtidos		
Relativos a descobertos e empréstimos bancários	531	343
Relativos a empréstimos ao Grupo (Nota 23)	6.343	9.504
	<u>6.874</u>	<u>9.847</u>

31. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 são detalhados como segue:

	<u>31.12.08</u>	<u>31.12.07</u>
Imposto corrente	(70.505)	(34.841)
Imposto diferido (Nota 7)	<u>(3.761)</u>	<u>21.721</u>
	<u>(74.266)</u>	<u>(13.120)</u>

A reconciliação do resultado antes de imposto com o imposto do exercício é como segue:

	<u>31.12.08</u>	<u>31.12.07</u>
Resultado antes de impostos	(324.238)	(20.368)
Impacto em resultados da aplicação dos IFRS	15.079	(81.971)
Insuficiência de estimativa para impostos	<u>(2.609)</u>	<u>-</u>
Resultado base para cálculo de imposto	<u>(311.768)</u>	<u>(102.339)</u>
Proveitos não tributáveis:		
Resultados em imobilizado corpóreo	(5.803)	-
Benefícios fiscais	<u>(54.546)</u>	<u>(50.778)</u>
	<u>(60.349)</u>	<u>(50.778)</u>
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais:		
Reintegrações e amortiz. não aceites como custos	19.365	10.423
Provisões não dedutíveis	30.581	-
Insuficiência de estimativa para impostos	2.609	-
Multas e outras penalidades	667	-
Mais-valias fiscais	2.902	-
Outros	224	-
	<u>56.348</u>	<u>10.423</u>
Resultado tributável	<u>(315.769)</u>	<u>(142.694)</u>
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	26,50%	26,50%
Imposto calculado	<u>(83.679)</u>	<u>(37.814)</u>
Insuficiência de estimativa para impostos	2.609	-
Tributação autónoma	10.565	2.973
Impostos diferidos (Nota 7)	<u>(3.761)</u>	<u>21.721</u>
Imposto sobre o rendimento	<u>(74.266)</u>	<u>(13.120)</u>

Pelo facto da Empresa estar integrada no grupo de sociedades dominado pela SIEL, SGPS, S.A. (accionista da RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.) tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades (RETGS), registou-se em proveitos no exercício de 2007, o montante de 70.505 Euros, por contrapartida de conta a receber da SIEL, SGPS, S.A., relativamente ao seu contributo para o apuramento do lucro do grupo fiscal.

32. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção do exercício foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	<u>31.12.08</u>	<u>31.12.07</u>
Resultado		
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do exercício)	<u>(249.971)</u>	<u>(7.248)</u>
Resultado para efeito do cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u><u>(249.971)</u></u>	<u><u>(7.248)</u></u>
Número de acções		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico	<u>250.000</u>	<u>250.000</u>
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u><u>250.000</u></u>	<u><u>250.000</u></u>

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após 31 de Dezembro de 2008 não ocorreram factos relevantes para apresentação.

34. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração e autorizadas para emissão em 30 de Janeiro de 2009, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

Porto, 30 de Janeiro de 2009

O Conselho de Administração:

José Pedro Macedo Trindade
 José Henrique Pinto dos Santos
 Vergílio Manuel da Cunha Folhadela Moreira

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da **Centrar – Centro de Serviços de Gestão, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008, (que evidencia um total de 827.863 euros e um total de capital próprio negativo de 17.298 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 249.971 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração de alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração), utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Centrar – Centro de Serviços de Gestão, S.A.** em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia.

Ênfase

8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a situação seguinte: em 31 de Dezembro de 2008 verifica-se estar perdida metade do capital social da Empresa, situação que determina a aplicação do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. Conforme referido no Relatório de Gestão, o Conselho de Administração irá apresentar na próxima Assembleia Geral de Accionistas uma proposta que permita a adequação dos capitais próprios às disposições legais, pelo que as demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

Porto, 31 de Março de 2009

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C.
representada por:

José Pereira Alves, R.O.C.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração de **Centrar – Centro de Serviços de Gestão, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da actividade da empresa e apresentação das demonstrações financeiras, do sistema de gestão de risco e da auditoria interna e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das variações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, dos seus resultados, das alterações do capital próprio e dos fluxos de caixa;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;

iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos;

iv) a proposta de aplicação de resultados está conforme as disposições legais e estatutárias.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

i) seja aprovado o Relatório de Gestão;

ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;

iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Porto, 31 de Março de 2009

O Fiscal Único

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda.
representada por:

José Pereira Alves, R.O.C.